5º CIHEL
5º CONGRESSO INTERNACIONAL DA HABITAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO

Organização:
ORDEM DOS ENGENHEIROS
ORDEM DOS ARQUITECTOS

TEMA: A- Políticas, Programas e Medidas Habitacionais – da urgência da oferta à qualidade global

Política(s) da Habitação: (des)construção de discursos

Housing Policy(s): (de)construction of discourses

Paula André[a] **Margarida Marino**[b] **Ana Nevado**[c]

[a] PHD, Dinâmia'cet-iscte, paula.andre@iscte-iul.pt

[b] PHD, Dinâmia'cet-iscte, margaridamarino@gmail.com

[c] PHD, Dinâmia'cet-iscte, a24304@iscte-iul.pt

Resumo:
Numa sociedade que despreza os saberes que não produzem benefício económico, o filósofo Nuccio Ordine, defensor da necessidade de perseguir utopias para imaginar, pensar e alcançar um mundo melhor, alerta que uma sociedade desmemoriada, sem relação com o seu passado, é uma sociedade que não terá democracia, considerando que a memória é essencial para compreender o presente e prever o futuro. Partindo da atemporalidade do debate e bandeira do direito a uma habitação acessível, reactivamos historiograficamente o ano de 1969 em que é fundado o *Fundo de Fomento da Habitação*, e se realiza o *Colóquio sobre Política da Habitação*, iniciativa do Ministério das Obras Públicas. O Colóquio teve como presidente da comissão organizadora o arquitecto Ignácio Peres Fernandes, e nele se incluíram representantes de organismos públicos e do sector privado. Foi debatido o enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social, a integração da habitação no planeamento urbanístico, a política dos solos, o financiamento da habitação, a execução da habitação e a estrutura orgânica do sector público no domínio da habitação. Assumindo o passado tal como Friedrich Nietzsche não apenas como conhecimento, mas como ferramenta operativa e criativa para o futuro [1]; conscientes tal como Juan José e Lahuerta que é o presente que influencia o passado, actuando retroactivamente sobre ele [2] e considerando à maneira de Georges Kubler um tempo interno e um tempo externo [3], resgatamos o *Colóquio sobre Política da Habitação*, explorando as ressonâncias na televisão, na imprensa diária (jornal *Diário de Lisboa*) e em publicações periódicas (revista *Binário*; revista *Arquitectura*; revista *Seara Nova; revista Informação Social*). No ano de 1969 o

jornal *Diário de Lisboa* a par das sucessivas notícias em torno das obras do Metropolitano de Lisboa e do Aeroporto de Lisboa, sobre Lisboa cidade desconexa, sobre a Brandoa, sobre os Olivais, publicava notícias sobre ao aumento do preço das rendas, sobre a política dos terrenos, sobre as questões do inquilinato, sobre a construção de casas de renda moderada, e sobre os senhorios nunca cumprirem as intimações para fazer obras. Relativamente ao *Colóquio sobre Política da Habitação* destacam-se as notícias sobre os 300 técnicos que, durante uma semana, discutem o problema da habitação, sobre Lisboa ser apontada como exemplo de destruição urbanística e vítima de constante especulação no domínio dos solos e a notícia anunciando que todos os problemas têm solução, até o das casas para toda a gente. Entre a difusão das sínteses elogiosas da imprensa diária e a denúncia possível das fragilidades por parte de alguns arquitectos (com particular destaque para as investigações do arquitecto Pedro Vieira de Almeida) divulgadas em publicações periódicas, valorizamos a análise crítica referente à importância dos equipamentos como vector fundamental na relação entre o indivíduo e a cidade e como acto de reargumentação e de "pós-produção" [4]. Atualmente deparamo-nos com adversidades algo similares às da década de 1960, particularmente na gestão das políticas dos solos (através dos instrumentos de gestão territorial), da habitação e do fenómeno da especulação imobiliária em Lisboa. Apesar dos problemas e das carências atuais se encontrarem plenamente identificados, os mecanismos estatais não se revelam eficazes nem eficientes. As narrativas da habitação requerem por isso modos de ver e de repensar criticamente o conceito "continuidade" (divulgado pioneiramente por E. Rogers na *Casabella*, em 1954), com vista à manutenção e recuperação de tradições na contemporaneidade que instiguem ao debate.

Palavras-chave: "Política da Habitação"; "Imprensa"; "Presente Retroactivo"; "Continuidade"

1. Introdução

O passado recente da 'década digital', da 'década imobiliária', da 'década climática' da pandemia covid19, da invasão da Ucrânia e do ataque do Hamás a Israel, inauguram uma era de extrema incerteza geopolítica, energética e, portanto, territorial, urbana e arquitectónica [5]. Num tempo de crise e de transição, em que prima o tempo do imediato e da incerteza [6], e perante o colapso sistémico global [7] é crucial promover a integração das vias reflexiva, crítica e projectual, procurando idealizar modelos habitacionais para um mundo pós-colapso.

Numa sociedade que despreza os saberes que não produzem benefício económico, o filósofo Nuccio Ordine, defensor da necessidade de perseguir utopias para imaginar, pensar e alcançar um mundo melhor, alerta que uma sociedade desmemoriada, sem relação com o seu passado, é uma sociedade que não terá democracia, considerando que a memória é essencial para compreender o presente e prever o futuro [8].

Devemos constantemente sublinhar a relevância da habitação, e em particular no actual tempo de urgência de habitação social, sendo um desafio permanente para a sociedade e para o arquitecto. Em contexto de crise e de mudança, em que "cada presente lança uma nova luz e novos pontos de vista para encarar o passado" [9] é "imprescindível reler, rever e reenfocar, aplicar com precisão o olhar analítico e explicitar os métodos de análise para alcançar o que hoje deveríamos considerar chave, urgente e relevante" e

é “vital rever os conhecimentos da arquitectura para os renomear e os reconceptualizar como ferramentas úteis para imaginar o futuro
” [10], desafiando as “tarefas infinitas” [11] da habitação. Na verdade, a “arquitectura só adquire um sentido de totalidade se se concebe como projecto urbano” e “sabemos graças a G. B. Alberti que a cidade é uma grande casa e a casa uma pequena cidade, o que define a arquitectura como um facto fisico e cultural do habitat humano” [12].

2. Desenvolvimento

O tema da habitação ocupou um espaço preferencial no debate da arquitectura do século XX, como o demonstram os colóquios e os debates a eles associados que seleccionamos, e tem merecido também destaque no século XXI.
Mas os desafios contemporâneos advindos da carência de alojamento a preços acessíveis, sobretudo em áreas urbanas centrais, exigem, em contínuo, reflexões teóricas e a definição de mecanismos estratégicos sobre as políticas de solos e as políticas habitacionais. Não obstante, atualmente a divulgação, de cariz eminentemente político, ultrapassa os meios e instrumentos de comunicação audiovisuais convencionais (tais como jornais, revistas, encontros científicos e respectivas actas) e os suportes legais, invadindo também o meio digital (incluindo as redes sociais) e concretizando uma comunicação mais eficaz, eficiente e transparente. Reconhecida a crise habitacional europeia – a qual assume maior expressividade em países como Portugal, Luxemburgo e Turquia [13] -, e considerando a habitação um direito fundamental, têm sido lançados diversos manifestos e Declarações à União Europeia advogando a premência de mais e melhor habitação social, a preços acessíveis e como vector prioritário, por via de estratégias de cooperação (e.g., “Declaração de Liège”, de março de 2024 [14];“Declaração de Portimão”, de abril de 2024 [15], na sequência do evento “Housing for All” [16]).
Perante esses complexos desafios globais, consideramos pertinente estabelecer um paralelismo sobre as questões da habitação entre a atualidade e o passado, tendo seleccionado debates da década de 1960 como representativos e progressistas, associados a políticas urbanas de expansão, apesar do tradicionalismo associado ao Regime.
Deste modo, em contexto do debate e bandeira do direito a uma habitação acessível, reactivamos inicialmente o *Colóquio Aspectos Sociais na Concepção do Habitat*, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, e na sequência o *Colóquio sobre Política da Habitação*, iniciativa do Ministério das Obras Públicas, e recorremos intencionalmente aos discursos divulgados na imprensa escrita e nos meios de comunicação audiovisual.

2.1 Colóquio Aspectos Sociais na Concepção do Habitat (Lisboa, Palácio Galveias, 11-14 Fevereiro 1960)

No Colóquio Aspectos Sociais na Concepção do Habitat realizado em Lisboa no Palácio Galveias, que contou com 250 inscrições, e amplamente divulgado no Diário de Lisboa, foram tratados quatro grandes temas: Problemas da Célula Familiar e Problemas da Forma de Agrupamento das Células apresentados por Nuno Portas; Elementos Sociológicos do «Habitat» Urbano apresentado por Carlos Duarte; e Aspectos da Unidade de Vizinhança, apresentado por António Freitas Leal, sendo as sessões coordenadas pelos arquitectos Octávio Lixa Felgueiras, Manuel Taínha, José Rafael Botelho e Inácio Peres Fernandes. O Colóquio contou com as conferências de dois especialistas estrangeiros: o sociólogo Chombart de Lauwe (Ciências Humanas e Urbanismo; Habitação e Comportamento das Famílias), e o arquitecto urbanista Robert Auzelle, que abordou os aspectos humanos do urbanismo actual. O jornal Diário de Lisboa, a revista Arquitectura e a revista Binário foram dando notícia de como decorriam as sessões do Colóquio, sendo igualmente publicados textos das conferências e das conclusões.

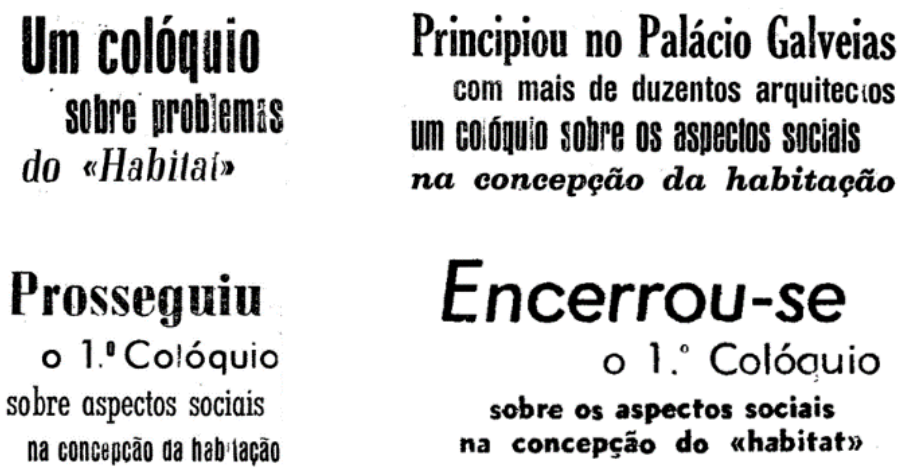


Fig. 1: Noticias do Colóquio sobre os Aspectos Sociais na Concepção do «Habitat», publicadas no Diário de Lisboa, dias 2, 11, 13 e 14 de Fev. 1960, © Paula André, 2024

Na sessão de encerramento, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira apelou à consciencialização da classe, pela urgência e gravidade do problema habitacional, e a revista Arquitectura publicou as conclusões sistematizadas em cinco pontos: "I-Estudos sociológicos; II-Nível satisfatório de habitabilidade e evolução social; III-Realização dos complementos da habitação; IV-Integração das unidades residenciais nos conjuntos urbanos; V-Realização de estudos do «habitat», no âmbito da classe" [17]. O arquitecto Carlos Antero Ferreira num artigo da *Binário* salienta a "carência de instrumentos sistematizados de conhecimento, no campo das ciências humanas, e mormente nos ramos destas intimamente associados à temática do «habitat»", chamando também a atenção "que o estudo de novas «unidades de habitação» não seja nunca realizado independentemente da realidade maior dos conjuntos em que estas se insiram e que a condescendência na limitação mínima de áreas, coeficientes ou índices, não conduza mais aquele «climax», abaixo do qual não será possível obstar à eclosão de novos problemas de psicologia e higiene sociais" [18].

Fig. 2: Capas da revista Arquitectura, nº 67, Abril, 1960 e da revista Binário, nº 17, Fev, 1960, © Paula André, 2024

No Noticiário Nacional da televisão, de 13 de Fevereiro, eram divulgadas imagens do ambiente das sessões e do espaço expositivo nas salas anexas, onde se apresentavam projectos de habitações económicas, moradias populares, casas para pobres, blocos de

habitação, edifícios em torre, num total de 64 painéis [19] para além de um conjunto de maquetes.

Fig. 3: Fotogramas do I Colóquio sobre os Problemas da Habitação, Noticiário Nacional, 13 Fevereiro 1960, RTP Arquivos, © Paula André, 2024
https://arquivos.rtp.pt/conteudos/i-coloquio-sobre-os-problemas-da-habitacao/

2.2 Colóquio sobre Política da Habitação (Lisboa, LNEC, 30 Junho-5 Julho 1969)

O Colóquio sobre Política da Habitação realizado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, teve como presidente da comissão organizadora o arquitecto Ignácio Peres Fernandes, e nele se incluíram representantes de organismos públicos e do sector privado.
Assumindo o passado tal como Friedrich Nietzsche, não apenas como conhecimento, mas como ferramenta operativa e criativa para o futuro [1], e sobre o qual devemos praticar uma "ruminante arte de interpretação"; conscientes tal como Juan José e Lahuerta que é o presente que influencia o passado, actuando retroactivamente sobre ele [2] e considerando, à maneira de Georges Kubler, um tempo interno e um tempo externo [3], resgatamos discursos políticos de propaganda, associados à habitação e ao Colóquio, transmitidos na televisão, a edição das actas do Colóquio, explorando também as ressonâncias na imprensa diária (jornal *Diário de Lisboa*) e em publicações periódicas (revista *Binário*; revista *Arquitectura*; revista *Seara Nova; revista Informação Social*).
Marcelo Caetano, Presidente do Conselho de Ministros, considerando "conveniente que houvesse possibilidade de contactos frequentes entre os que têm a responsabilidade do poder e o comum dos portugueses, dando oportunidade ao chefe de governo para no discurso esclarecer o seu pensamento, para elucidar o público sobre problemas correntes" [20] no programa de propaganda política *Conversa em Família*, transmitido pela Televisão e pela Rádio fala sobre o problema da habitação e sobre o Colóquio:

> "(…) o governo não pode deixar de ter sempre presente a necessidade de que haja emprego para quantos queiram trabalhar, salário suficiente, previdência e assistência ao trabalhador, **habitação capaz**. O **problema da habitação económica** tem-me preocupado desde o primeiro dia do governo. É daqueles problemas que nunca se podem dizer resolvidos, porque a população cresce, as exigências de conforto também, a corrida dos campos para as cidades é contínua e por isso **quanto mais casas se constroem parece que mais são necessárias**. Há um longo caminho

> a percorrer até se poder dizer que dispomos de casas baratas para quantos delas careçam. O que é preciso é não descorar o problema e fazer o possível para aumentar o ritmo da edificação numa acção combinada do Estado com os Municípios e as entidades privadas. O **Fundo de Fomento da Habitação** agora criado no Ministério das Obras Públicas destina-se a ser o **instrumento da política habitacional do Estado**. Note-se que os particulares sobretudo as empresas agrícolas industriais têm tido e deverão continuar a ter papel de relevo na resolução do problema habitacional dos seus empregados, assim como a Previdência, continuará a realizar a sua meritória acção, porque não queremos impedir que além do Estado outros trabalhem neste campo, pelo contrário, todas as ajudas são bem-vindas. E promover o concurso de todos os competentes para o estudo das soluções mais ajustadas a **esta grave e premente necessidade** é justamente o objectivo do **Colóquio sobre Habitação** que por iniciativa governamental se vai realizar dentro em breve. Eu ponho as maiores esperanças nas conclusões do trabalho dessa reunião (…)" [20].

Com a realização do Colóquio, o Ministério de Obras Públicas procurava, através de um "debate aberto da questão, obter sugestões para a resolução, de forma intensiva e coordenada ao nível nacional, do problema da carência de habitações", sendo nesse sentido preparado um texto de base [21] onde se enfocaram os principais aspectos do problema, organizados em quatro grandes temas: enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social; integração da habitação no planeamento físico; fórmulas de financiamento e de execução da habitação; estrutura orgânica do sector público no domínio da habitação. Cada um dos temas foi debatido em grupos de discussão, que "desenvolveram os aspectos focados procurando concretizar conclusões e sugestões [22], tendo sido condensados, ordenados e resumidos no relato final [23].

Fig. 4: Capas da publicação do Texto de Base, das Intervenções dos participantes nos Grupos de Discussão e do Relato Final do *Colóquio sobre Política da Habitação*, Ministério das Obras Públicas (1969), © Paula André, 2024

Era intenção do engenheiro Jorge Carvalho de Mesquita, presidente do Fundo de Fomento da Habitação, "interpretar com fidelidade o espírito que presidiu às recomendações saídas do Colóquio", e, nesse sentido, ter em linha de conta as referidas

conclusões, que constituiriam “um breviário do seu trabalho futuro”. No seu discurso de tomada de posse referia que, face “à actual carência de alojamentos se deverá agir no sentido de um maior estímulo à construção de habitações para renda moderada; exigindo um planeamento que tenha em atenção as perguntas «Construir como?» e «Construir onde e para quem?», frisando que “os investimentos canalizados para a construção de alojamentos não podem continuar a ser comandados pela iniciativa privada” [24].

Fig. 5: Fotogramas da tomada de posse de Jorge Mesquita, Presidente do Fundo de Fomento da Habitação, Noticiário Nacional, 24-07-1969, RTP Arquivos, © Paula André, 2024
https://arquivos.rtp.pt/conteudos/tomada-de-posse-de-jorge-mesquita/

No Noticiário Nacional de 20 de Novembro eram divulgadas imagens de Marcelo Caetano a receber, no Palácio de Belém, os membros da organização do Colóquio, dos quais destacamos Rui Sanches, Ministro das Obras Públicas; Joaquim Pinto, Subsecretário de Estado das Obras Públicas; Jorge Mesquita, Presidente do Fundo de Fomento da Habitação; e o arquitecto Nuno Portas.

Fig. 6: Fotogramas de Marcelo Caetano, a receber no Palácio de Belém, membros da organização do Colóquio, Noticiário Nacional, 20 Nov 1969, RTP Arquivos, © Paula André, 2024
https://arquivos.rtp.pt/conteudos/marcelo-caetano-recebe-membros-do-coloquio-sobre-habitacao/

2.3 Jornal Diário de Lisboa

No ano de 1969, o jornal *Diário de Lisboa*, a par das sucessivas notícias em torno das obras do Metropolitano de Lisboa e do Aeroporto de Lisboa, sobre Lisboa cidade desconexa, sobre a Brandoa, sobre os Olivais, publicava notícias sobre ao aumento do preço das rendas, sobre a política dos terrenos, sobre as questões do inquilinato, sobre a construção de casas de renda moderada, e sobre os senhorios nunca cumprirem as intimações para fazer obras. Relativamente ao *Colóquio sobre Política da Habitação* destacam-se as notícias sobre os 300 técnicos que durante uma semana discutiram o problema da habitação, sobre Lisboa ser apontada como exemplo de destruição urbanística e vítima de constante especulação no domínio dos solos e a notícia de que todos os problemas têm solução, até o das casas para toda a gente.

COLÓQUIO SOBRE POLÍTICA DA HABITAÇÃO
TODOS OS PROBLEMAS TÊM SOLUÇÃO
— ATÉ O DAS CASAS PARA TODA A GENTE
A CIDADE QUE NÃO HÁ...
500 MIL CASAS POR CONSTRUIR
MAIS UM COLÓQUIO?
COLÓQUIO SOBRE A POLÍTICA DE HABITAÇÃO
UM DÉCIMO DA POPULAÇÃO ABSORVE MAIS DE NOVE DÉCIMOS DA CONSTRUÇÃO
SOBRE O TERCEIRO DIA
É POSITIVO O RESULTADO DO COLÓQUIO DA HABITAÇÃO
— declarou o ministro das Obras Públicas
CONVITE PARA O JAPÃO
Uma viagem maravilhosa para as leitoras do «Diário de Lisboa»
O «DIÁRIO DE LISBOA» EM FRANÇA AO LADO DE JOAQUIM AGOSTINHO

Fig. 7: Páginas com notícias do Colóquio sobre Política da Habitação publicadas no jornal Diário de Lisboa, dos dias 2, 3, 5 Julho de 1969, © Paula André, 2024

O arquitecto Nuno Portas referia que uma verdadeira política de habitação de massa equivaleria à construção de quatro [Bairro dos] Olivais por ano, para resolver as necessidades do sector terciário. Relativamente ao problema da política de solos, "manifestou-se céptico quanto à sua viabilidade numa cidade capitalista como Lisboa. Afirmou não poder aceitar que a «habitação do maior número se calcule a preços de mercado» referindo-se à «municipalização ou socialização do solo urbano» e isso mesmo foi destacado pelo jornal Diário de Lisboa [25].

A SOCIALIZAÇÃO DO SOLO URBANO
SUGERIDA PELO ARQUITECTO NUNO PORTAS

Fig. 8: A socialização do solo urbano sugerida pelo arquitecto Nuno Portas, Diário de Lisboa, 2 Julho de 1969, p.2, © Paula André, 2024

O jornal salientava dois aspectos essenciais da questão: a política da habitação é função da política de redistribuição dos benefícios do desenvolvimento; e a política da habitação terá de ser formada como um sistema de acções interdependentes – financeiras, fiscais, fundiárias, executivas de infra-estruturas, serviços e alojamentos – que enquadre como de interesse social, toda a produção de alojamentos e não apenas a habitação «económica» [26].

2.4 Revista Arquitectura

Entre a difusão das sínteses elogiosas da imprensa diária e a denúncia possível das fragilidades por parte de alguns arquitectos (com particular destaque para as investigações do arquitecto Pedro Vieira de Almeida) divulgadas em publicações periódicas, valorizamos a análise crítica referente à importância dos equipamentos como vector fundamental na relação entre o indivíduo e a cidade e como acto de reargumentação e como acto de "pós-produção" [4].
No contexto das ressonâncias do Colóquio sobre Política da Habitação em publicações periódicas da especialidade na época, destaca-se a revista *Arquitectura* que nos números 108, 109, 110, 111, 112 e 114, toma os temas do Colóquio, quer através da publicação de textos referentes à reunião, quer pela abertura da secção *Habitação Social*.

Fig. 9: Capas da revista *Arquitectura,* números 108, 109, 110 (da esquerda para a direita, em cima), 111, 112, 114 (da esquerda para a direita, em baixo), © Margarida Marino, 2024.

No número 108, dá-se nota da realização do Colóquio na secção *Noticiário*. Apesar da relevância assinalada dessa reunião, considera-se que "o esquema operacional adotado [...] deu ele origem a uma verdadeira maratona oratória" que resultou numa abordagem global da problemática da habitação e uma certa superficialidade no tratamento dos temas [27]. Destaca-se ainda a ausência na generalidade das comunicações dos documentos que se consideram importantes, tais como os relatórios preparatórios sobre Habitação do Plano Intercalar de 1965-1967 e o III Plano de Fomento, entendidos como "peças fundamentais para o entendimento dos problemas que defrontamos e das vias mais aptas para a sua resolução" [27].
No quadro de discussão do tema da *habitação*, publica-se o artigo de Nuno Teotónio Pereira "Habitação Finalmente uma Política?" [28] que destaca os aspetos políticos e legislativos da inclusão da habitação no plano nacional, e o texto de Gonçalo Nuno de Araújo, "Meios de Acção Necessários e Realização de Empreendimentos Urbanísticos"

[29] que resulta da comunicação do autor no Colóquio de Urbanismo, realizado em Janeiro desse ano de 1969, no Funchal.

No que se refere ao artigo de Nuno Teotónio Pereira, o autor assinala alguns aspetos referentes à "inclusão da habitação no planeamento nacional" [28] na época, nomeadamente o Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967 e mais tarde no III Plano de Fomento de 1968. O autor considera que "ao nível oficial, no âmbito restrito dos gabinetes de planeamento, ter-se-á tomado consciência de uma situação patológica de gravidade insuspeita. E, inserida numa declaração de boas intenções, apresentava-se como principal meta a estruturação de uma política habitacional" [28].

No seguimento dessa tomada de consciência oficial de uma política da habitação, é publicado a 28 de Maio de 1969 o Decreto-Lei 49033 que institui no Ministério das Obras Públicas, o Fundo de Fomento da Habitação "com o fim de contribuir para a resolução do problema habitacional" sendo "um organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira", e que tem como atribuições "o estudo da problemática social da habitação e a realização, no âmbito da competência do Ministério das Obras Públicas, da política habitacional definida pelo Governo" [30].

Segundo Nuno Teotónio Pereira, são abordados problemas relevantes no relatório do diploma que "parecem indicar propósitos mais vastos". Por um lado, "a necessária articulação da política habitacional com o planeamento urbanístico" que o autor assinala como "insistentemente pedida em estudos sucessivos e clamorosamente reclamada pelo caos do nosso crescimento urbano" [28]. Por outro lado, "a inserção da habitação numa política de equipamento" que N. Teotónio Pereira destaca como ausentes no Decreto-Lei "onde mal se fazem referências a instalações de carácter coletivo" [28]. Nesse sentido, o autor considera que as "virtualidades" da criação do Fundo de Fomento da Habitação "ficará dependente da resposta que for dada a certas questões" [28] para as quais o Colóquio sobre Política da Habitação pode constituir um contributo [28].

No contexto da problemática da habitação, Gonçalo Nuno Araújo no artigo "Meios de Acção Necessários e Realização de Empreendimentos Urbanísticos" destaca o *factor solo* como fundamental. Para o autor "o crescimento demográfico normal, junto à necessidade de adaptar as estruturas existentes à vida de hoje, exige que se estabeleça uma política de solo", que "permita às Entidades Oficiais controlar os interesses particulares nas devidas proporções e resolver os problemas de uma expansão urbanística ordenadamente" [29]. A solução que o autor aponta encontra-se na expropriação "para constituir as reservas de terreno necessárias para controlar os preços de venda". A expropriação seria um recurso indispensável numa primeira fase "a qual seria ultrapassada (...) logo que fossem fixados pelos tribunais valores de transação" em valores justos que permitissem que numa fase seguinte "a aquisição de terrenos passaria a ser uma simples compra" [29]. Para a validade prática desta solução, Gonçalo Nuno Araújo propõe a "criação de um fundo de financiamento suficiente, para satisfazer as operações de aquisição e equipamento dos terrenos, além de ligeiras adaptações no processo expropriativo" [29]. Desse modo, o autor propõe a construção de uma efetiva política assente na reserva de solos que possibilite o delinear de planos de urbanização salvaguardado da especulação económica.

A necessidade de definição de uma política de solo como fundamental para resolver a problemática da habitação, vai constituir uma das temáticas debatidas no Colóquio sobre Política da Habitação. Nesse sentido, a revista Arquitectura 109, publica a comunicação de Vasco Lobo "Política de Habitação" onde se estabelece uma análise das características de uma política de solo "lida na sessão em que foi discutido o tema da «Integração da Habitação no Planeamento Físico»" [31]. O autor salienta a inexistência das "condições necessárias para atuar no domínio do solo" uma vez que "nenhuma das

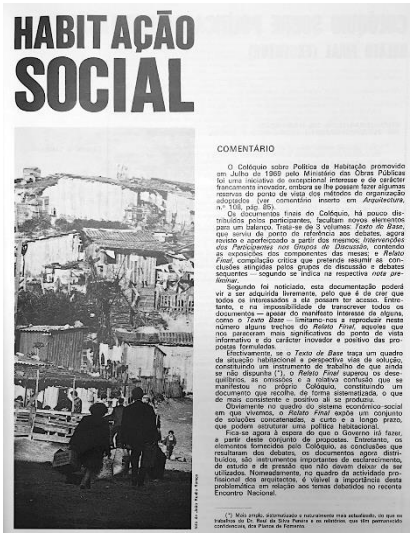
vias clássicas - domínio dos custos ou constituição de reservas de terrenos – está a ser aplicada entre nós" [31]. Nesse sentido, segundo Vasco Lobo "a ausência de disposições legais que permitam dominar o custo do solo e o facto de não se ter posto em prática qualquer política de aquisição maciça de terrenos [...] estão na base das gravíssimas dificuldades" [31]. O autor alerta para que "todas as medidas tendentes a uma correcta aplicação do solo se tornam impraticáveis quando a valorização dos terrenos se faz mediante um processo não dominado de crescimento" [31]. Assim, aponta para dois aspetos, por um lado a desordem urbanística e arquitetónica do crescimento das periferias em "empreendimentos desenraizados e frustrados, que oferecem aos nossos olhos, com todas as variações possíveis, o espetáculo das ruas abertas e inacabadas, dos lotes sem acesso, da ausência de esgotos, águas e transportes" [31]. Por outro lado, a destruição do centro tradicional da cidade, referindo como exemplo a cidade de Lisboa, com "demolições sem plano e da destruição sistemática de valores insubstituíveis" [31]. Para Vasco Lobo "por toda a Europa, as cidades defendem-se de um futuro preocupante, acautelam as suas reservas de espaço e fazem-no de acordo com planos reais que excedem claramente os seus limites físicos e se sobrepõem aos interesses, em regra divididos, das autarquias e dos particulares" e assinala que em Portugal assiste-se a uma situação contrária de "estrangulamento desse futuro já próximo" [31].

O número 110 é relevante uma vez que inicia a secção *Habitação Social*, que se pretendia regular e concretizando a intenção de tratar a problemática da habitação social, tema que se revelou de grande interesse num inquérito realizado aos leitores e que a realização do Colóquio vem dar impulso. A secção surgia assim com o objetivo de "dar a público textos técnicos de diversa formação que permitam na sua continuidade, um «levantamento crítico» tão amplo quanto possível" [32]. Contudo, a secção surge apenas nos números 110, 111, 112 e 114.

A iniciar a secção *Habitação Social*, é publicado o artigo de Nuno Teotónio Pereira "Habitações Para o Maior Número" [33], no qual o autor considera que "o desnível entre as necessidades de habitação e os recursos individuais para as satisfazer constitui o cerne do problema habitacional; desnível abrangendo camadas da população cada vez mais vastas" [33]. Nesse sentido, N. Teotónio Pereira entende que "o problema habitacional não pode […] referir-se apenas a determinadas categorias da população, chamadas as mais desfavorecidas ou economicamente débeis" tornando-se um "fenómeno coletivo à escada da generalidade da população" [33] fixando-se aí a problemática da habitação para *um maior número*. No contexto nacional, segundo o autor, a promoção habitacional "ignora sistematicamente os recursos potenciais das populações a alojar" considerando que "as populações entregues aos seus recursos, têm sido muitas vezes capazes de, pelas próprias mãos, conseguirem precárias habitações que pouco a pouco vão melhorando" [33]. Nesse sentido, o autor aponta o caminho já percorrido em outros países como possível solução, nos quais a população e as entidades públicas participam no processo, "os moradores com a construção da célula familiar e as autoridades com o planeamento do conjunto, os terrenos e os equipamentos coletivos" [33]. O autor entende que a esta solução a experimentar em Portugal deve ser feita através de "empreendimentos-piloto", sendo necessária uma "mentalidade capaz de trocar a obra acabada, mas para poucos, pelo trabalho incompleto, mas progressivo, de uma colectividade lançada num empreendimento comum" e a rejeição de "uma imagem da cidade dividida em fachadas e traseiras, aceitando uma outra onde todos tenham lugar dentro de esquemas ordenados de desenvolvimento*"* [33].

No sentido de dar "a possibilidade aos nossos leitores de uma leitura geral, comparativa, do que se passa em matéria de política de solo, política de financiamento, estrutura técnico-administrativa, grau de industrialização da construção civil, etc." [34], é publicado o artigo "Política francesa de Urbanismo e Habitação", sobre o qual a edição refere ser o "primeiro texto de uma série dedicada à política habitacional seguida em diversos países europeus" [34].

No número 111 da revista, *Arquitectura,* a secção *Habitação Social* é iniciada pelo "Comentário" editorial no qual se faz referência ao Colóquio sobre Política da Habitação e que precede a publicação de um resumo que segue a estrutura do *Relato Final* e composto por excertos que no entender do editor são os "mais significativos do ponto de vista informativo e do carácter inovador e positivo das propostas formuladas" [35].


HABITAÇÃO SOCIAL

COMENTÁRIO

Fig. 10: Secção *Habitação* Social na revista *Arquitectura* 111 (1969), p.251, © Margarida Marino, 2024.

No "Comentário" refere-se que do Colóquio resultaram a publicação de três volumes: *Texto Base* que "serviu de ponto de referência aos debates, agora revisto e aperfeiçoado a partir do mesmo; *Intervenções dos Participantes nos Grupos de Discussão* "contendo as exposições dos componentes das mesas"; e o *Relato Final* "compilação crítica que pretende resumir as conclusões atingidas pelos grupos de discussão e debates sequentes – segundo se indica na respetiva nota preliminar" [35].
No contexto da publicação de artigos referentes ao quadro europeu de política habitacional é publicado o artigo de R. C. Stones, "Habitação e Renovação Urbana" [36] pela relevância do tema do planeamento da habitação em zonas de renovação urbana, assunto que no entender do editor tem sido pouco debatido no contexto nacional.
Na secção *Habitação Social* na revista *Arquitectura* 112, são publicados dois artigos, "Enquadramento da Habitação no Desenvolvimento Económico e Social" de M. Manuela Silva [37] e "Financiamento e Execução da Habitação" de Gastão Ricou [38], que resultam das comunicações no Colóquio sobre Política da Habitação e que segundo a nota do editor abordam temas relevantes para o quadro de debate sobre a política habitacional nacional. Como contributo para a problemática da habitação social é publicado parte do artigo de Margarida Sousa Lobo sobre o "habitat evolutivo" [39] publicado na revista *Informação Social* de Março de 1968 escrito por ocasião do Colóquio sobre Problemas de Habitação, promovido pela Associação dos Inquilinos Lisboneses realizado na Fundação Calouste de Gulbenkian em Novembro de 1967. No artigo, Margarida Sousa Lobo entende que os bairros de lata ou clandestinos surgem pela procura de "proximidade dos locais de subsistência [...] incrustados no centro urbano ou zonas industriais, minimizando a margem para pagamento de transportes coletivos [...] que as distâncias a percorrer podem impedir um segundo emprego para o homem, ou trabalho da mulher e por vezes o acesso fácil às instituições de assistência e administrativas" [39]. Dessa forma, a autora assinala a importância da preservação das comunidades

nos planos de realojamento apontando pontos essenciais assentes no conhecimento das realidades sociológica e económica, considerando que "a localização é factor vital [...] é sempre de respeitar a proximidade ou se possível a conservação das populações nas zonas onde residem" sendo que as soluções não devem comprometer "o desenvolvimento futuro da cidade, vindo a integrar-se no conjunto. As soluções arquitetónicas irse-ão integrando gradualmente na estrutura urbana não pretendendo transplantar soluções rurais para a cidade" [39]. Para a autora, o sistema construtivo mais económico neste contexto é a construção tradicional "em pequena escala, apelando mais para a iniciativa dos próprios habitantes, que podem funcionar como pequenos empreiteiros da sua casa" sendo de "promover soluções que não hipotequem o futuro, isto é, que partindo de um abrigo mínimo evoluam por forma a poder atingir uma boa solução definitiva" [39]. Nesse sentido, Margarida Sousa Lobo defende que "um plano de realojamento, para além de técnico e financeiro, seja profundamente social, assim como a existência de técnicos especialmente preparados neste campo para o levarem a efeito" [39].
Apesar da intenção de que a secção *Habitação Socia*l constituísse parte regular e efetiva da revista *Arquitectura*, o nº 114, de Março e Abril de 1970, é o último no qual se publica a secção. Neste número é publicado o artigo "A Habitação Social nos Países em Vias de Desenvolvimento. Dois projectos em Bogotá, Colômbia" [40] no qual se apresentam *novas cidades satélite*, nomeadamente os planos urbanos de Carimagua e Timiza [41].
No seguimento do artigo de Gastão Ricou publicado no número 112, em torno do tema do financiamento na habitação, é apresentado o texto do mesmo autor que resulta do trabalho redigido para a representação portuguesa no comité permanente internacional para o habitat da Fédération Internationale pour L'Habitation, L'Urbanisme et L'Aménagement de Territories, FIHAUT [42].

2.5 Revista Binário

O Colóquio sobre Política da Habitação, também vai ser destacado pela revista *Binário*, contudo não se estabelece com o mesmo grau de importância teórico-crítica que assume na revista *Arquitectura.* A Binário vai publicar o *Texto Base* em duas partes, a primeira parte no número 130-131 de Julho e Agosto de 1969 [43] e a segunda parte no número 132 de Setembro de 1969 [44]. Apesar da intenção de nos "números seguintes dar conhecimento de textos importantes do Colóquio" [43], apenas é publicado no número 133 de Outubro de 1969, o *Texto Complementar I*, "Informação Sobre a Situação Actual dos Empreendimentos e Necessidades da Habitação Social" [45].

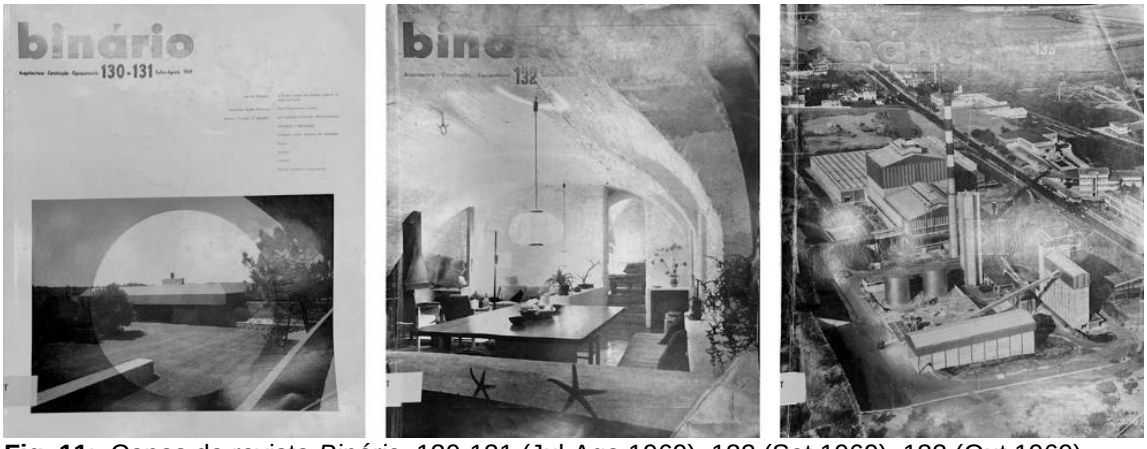


Fig. 11: Capas da revista *Binário*, 130-131 (Jul-Ago 1969), 132 (Set 1969), 133 (Out 1969)
© Margarida Marino, 2024

2.6 Revista Seara Nova

A revista Seara Nova destaca o tema do Colóquio Sobre Política da Habitação, assinalado desde logo na capa, sendo publicado o artigo do economista Sérgio Ribeiro "A Política da Habitação – A propósito de um colóquio recente" [46] e o artigo do arquiteto Pedro Vieira de Almeida "Conceitos provisórios acerca da habitação" [47].

Fig. 12: Capa da revista *Seara Nova, nº* 1486, Agosto 1969, e primeira página do artigo "A Política da Habitação – a propósito de um colóquio recente", de Sérgio Ribeiro, p. 265 e a primeira página do artigo "Conceitos provisórios acerca da habitação" de Pedro Vieira de Almeida, p. 266, © Margarida Marino, 2024.

No artigo de Sérgio Ribeiro, o autor assinala o que designa por "cinco pontos de reflexão" como contributo para a temática do Colóquio. O primeiro ponto refere-se à *necessidade de habitação* enquanto necessidade primária; o segundo ponto entende a *situação do problema* que se prende com a situação socioeconómica da generalidade da população portuguesa na época; o terceiro ponto incide no problema das condições apontando para um subdesenvolvimento cultural, no qual as populações que vivem em condições precárias de habitação não têm essa noção; o quarto ponto destaca a *política de habitação*, uma vez que a questão da habitação, ao nível administrativo encontra-se dispersa por diversos organismos; e por último, propõe a *habitação numa política* que engloba aspetos de âmbito mais vastos para o planeamento, tais como a questão do desenvolvimento e as consequentes migrações, a política de solo, a industrialização, os equipamentos e a rede de transportes [46].
No artigo "Conceitos provisórios acerca da habitação", Pedro Vieira de Almeida propõe uma definição "do campo abrangido pelo termo *habitação*", campo, que no entender do autor abrange as noções de *alojamento, equipamento* e *infraestruturas técnicas*. Nesse sentido, o autor entende que o *alojamento* é o "conjunto do fogo e dos seus prolongamentos imediatos, como garagens, estendais exteriores, arrecadações de motociclos, aproveitamento geral de logradouros, etc.", e considera que o estudo "daquilo que se chama esquema distributivo dos fogos, problema a que em tempos se deu a atenção devida mas demasiada importância [...] é enquadrado dentro do conceito de alojamento". No que se refere às *infraestruturas técnicas ou de instalação*, estas referem-se

a tudo o que se relaciona com “o fornecimento de água, eletricidade, gás, esgotos, arruamentos etc.”. Por último, o *equipamento*, que se estabelece para o autor como vetor fundamental, uma vez que é “tudo o que seja promotor ou expressão de vida urbana ou comunitária” [47]. Assim, é intrínseco à *habitação* o *planeamento.*
Neste contexto, Pedro Vieira de Almeida destaca o alojamento e o equipamento, considerando, por um lado a polarização dos conceitos de cidade e alojamento, que “conduz a focar o alojamento próprio como símbolo e possibilidade de privacidade, de afirmação de si perante os outros, perante toda a estrutura urbana”. Por outro lado, a referência na cidade de processos de integração “que se liga diretamente com todos os problemas do equipamento” [47].

2.7 Revista Informação Social – Boletim do Ministério da Saúde e Assistência

No artigo “Critérios de planeamento de equipamentos sociais” [48], Pedro Vieira de Almeida entende que o equipamento desempenha um papel ativo “como elemento de enquadramento do individuo no todo urbano e por essa via no todo social. Dentro desta perspetiva a intervenção do equipamento surge como fundamental e talvez mesmo prioritária em relação a qualquer outro tipo de necessidades do habitar”, e assim, o autor propõe que “embora se fale frequentemente em equipamento complementar da habitação, em rigor se deveria inverter a relação para se falar em *habitação complementar do equipamento*” [48].

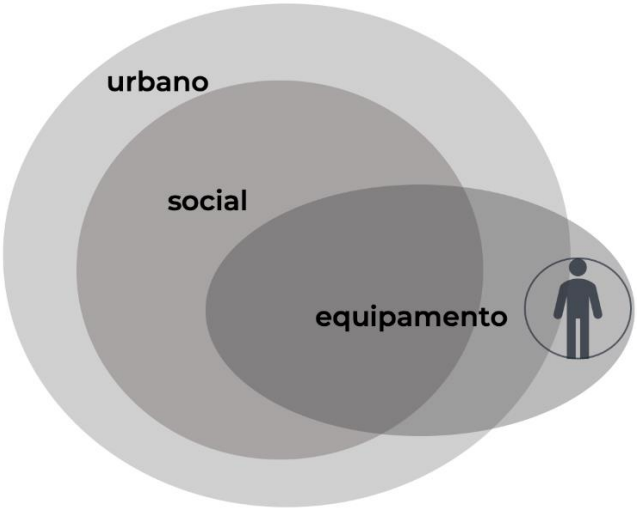


Fig. 13: Esquema ilustrativo da integração do individuo através do equipamento no meio urbano e social. © Margarida Marino, 2023.

No quadro de discussão da época, sobre a crise da habitação, Pedro Vieira de Almeida entende que “funcionando o equipamento como charneira entre os limites familiares do fogo e do bairro, e entre este e a cidade, umas das dificuldades [...] reside no facto de que é o conjunto da cidade no todo e nos seus elementos componentes, que se encontra em crise, crise que se tem vindo a revelar a vários planos” [48].
Desse modo, o autor considera que “a cidade tem sido encarada ou como vasto campo de relações individualizadas ou então como complexo orgânico de sub-unidades com certa autonomia socio-cultural. Extremo individualismo no primeiro caso, que centra a discussão na cidade como um todo sem possibilidade de parcelar a investigação, gregarismo no segundo caso, que leva diretamente à discussão e avaliação dessas sub-unidades socioculturais que são os bairros” [48]. Para o autor o *bairro* “embora não

definido como entidade autónoma" caracteriza-se "por uma maior densidade das linhas de tensão que constituem o tecido urbano" [48].
Neste contexto, Pedro Vieira de Almeida considera para a análise integração do equipamento na malha urbana, o *equipamento escolar* "porque é sobre ele que se baseiam normalmente as unidades de vizinhança"*, o equipamento religioso* "por ser normalmente dentro das lassas estruturas socio-culturais das nossas aldeias e vilas um dos poucos senão o único elemento aglutinante" e o *equipamento de saúde* "pela sua importância e gravidade que a sua carência assume entre nós" [48].
O *equipamento* enquanto vetor fundamental no "enquadramento do indivíduo no todo urbano", é destacado por Pedro Vieira de Almeida que considera que "sobretudo para os habitantes que mudam de residência para bairros ainda não sedimentados, é importante que o equipamento existente possa fornecer um mínimo de sentimento de conforto, e de segurança" [48]. Assim, o autor propõe a constituição de um *grupo coerente de equipamento* que se define como o "conjunto ponderado que não só estrutura centriptamente uma ideia de bairro, mas ainda que faz integrar esse mesmo bairro no conjunto da cidade", e considera que este grupo coerente de equipamento deve ter a "capacidade de constituir órbitas de serviço não similares que favoreçam uma noção de bairro não circunscrito. Esta capacidade está dependente de uma série de fatores dos quais [...] a segurança, a comodidade, a animação, a educação de jovens, e os *loisirs*" [48].

2.8 Habitar na Contemporaneidade: Desafios em Contínuo

A crise habitacional na contemporaneidade é uma realidade europeia que apresenta inúmeros desafios e adversidades, sobretudo nos grandes centros (como Lisboa e Porto, no caso específico português) e, particularmente, em países mais periféricos. A gestão das políticas dos solos, levada a cabo por via dos instrumentos de gestão territorial e programas a diversas escalas, revelam-se insuficientes perante os crescentes fenómenos especulativos.
Através de uma análise retrospetiva, o paralelismo entre a atualidade e a década de 1960 torna-se evidente quanto às dificuldades no acesso ao alojamento. Porém, a escassez na oferta do alojamento no final da década de 1950 do século passado prendeu-se com migrações populacionais do interior do país para o litoral, especialmente para a zona da Capital, ao passo que atualmente a imigração, o crescimento dos "nómadas digitais" (maioritariamente estrangeiros), do turismo e do alojamento local têm incrementado assimetrias e desigualdades (salariais e sociais) no território. Mas, apesar dos problemas e das carências atuais se encontrarem plenamente identificados, os mecanismos estatais não se revelam eficazes nem eficientes. Adicionalmente, para além das dificuldades no acesso à aquisição de bens imóveis, o mercado de arrendamento tem registado igualmente fenómenos especulativos.
Como resposta à crise de identidade(s) e da habitação, o conceito de "continuidade" (*continuità*) surge no contexto italiano pós-guerra, especificamente, em 1953 (e até 1964) por Ernesto Nathan Rogers na revista *Casabella* [49], numa reflexão teórico-crítica no âmbito da cultura arquitetónica da época.

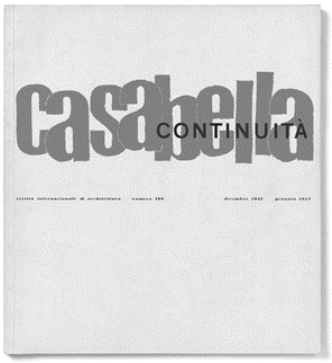


Fig. 14: Capa da revista *Casabella-Continuità,* 1954, (Fonte: https://casabellaweb.eu/the-magazine/yearannata-1953-54-xviii/).

Não obstante a sua carga historiográfica e ideológica, assim como a sua ambiguidade e complexidade [50], o conceito representa um novo olhar sobre as questões da tradição (viva), das pré-existências (ambientais) e da história, enquanto metodologia para compreender e fundamentar a arquitetura modernas e também como forma de perpetuar o seu (re)conhecimento. Com efeito, diversos autores têm recuperado essa abordagem na contemporaneidade [51].

Fig. 15: Capa do livro *Continuità e Crisi,* 2010, (Fonte: https://www.libroco.it/dl/Ernesto-N-Rogers/Alinea-Editrice/9788860555595/Continuita-e-crisi/cw700522036583328.html)

Consequentemente, como solucionar o problema da carência habitacional na contemporaneidade? Haverá uma efetiva "carência" ou modos de gestão atuais privilegiam o investimento estrangeiro fomentando as dificuldades? E como evitar o fenómeno de "nobilitação urbana" (*gentrification*)? Apesar das medidas recentemente implementadas, orientadas para a camada de população jovem para aquisição de bens imóveis como primeira habitação, os incentivos incitam uma procura crescente, mas sem disponibilizar mais oferta de alojamento – e a valores acessíveis – no mercado.
No caso português, a "nova geração de políticas de habitação", definida pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de Maio, conferiu-lhe um caráter estratégico através da definição da missão, dos objetivos e uma matriz de instrumentos de atuação diversificados para a resolução de problemas e carências. Essas políticas ambicionam, por um lado, garantir o acesso universal a habitação condigna e da dimensão do parque habitacional (com recurso a apoios públicos), e, por outro lado, proporcionar condições para a implementação predominante da reabilitação (quer do edificado, quer urbana) [52]. São quatro os objetivos definidos, designadamente: 1 – "dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional", e que, por isso, se revestem de prioridade, tendo sido lançados os Programas de Apoio (i.e., "ao Acesso à Habitação" e "ao Alojamento Urgente"); 2 – "garantir o acesso à habitação a todos os que não têm resposta por via do mercado", a alcançar através do "Programa de

Arrendamento Acessível", de sistemas de apoio financeiro ao arrendamento por jovens ("Porta 65 – jovem") e do "Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado"; 3 – "criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano", por via de instrumentos financeiros (e.g., "Reabilitar para Arrendar" e o "Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFFRU 2020"), de "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano/Planos de Ação Reabilitação Urbana e/ou Integrados para as Comunidades Desfavorecidas", de Programas, Projetos e Medidas (e.g., "Reabilitar como Regra"); 4 – "promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais", através de Programas (e.g., "Chave na Mão" – mobilidade habitacional para a coesão territorial; "Da Habitação ao Habitat" – coesão e integração sócio territorial dos bairros de arrendamento público; "Porta ao Lado" – informação, encaminhamento e acompanhamento de proximidade para acesso à habitação e ainda o "Programa de mobilidade habitacional no parque de arrendamento público") [52].

Mas as graves carências habitacionais não se resolverão somente através de iniciativas do poder público, pois requerem ações estratégicas concertadas por via das políticas de habitação e de solos, assim como de investimento privado (*stakeholders*). O sucesso da implementação das medidas estratégica de habitação acessível depende não só de construção nova, como também de uma estreita relação com medidas de inovação social e económica e ainda da reabilitação do parque edificado. Atualmente, destaca-se a iniciativa e movimento artístico transdisciplinar *New European Bauhaus* como bandeira política liderada pela Comissão Europeia, que alia questões de sustentabilidade (económica e ambiental, tal como o *European Green Deal*), eficiência energética, inclusão social, acessibilidades e estética [53]. À escala nacional e local, essa iniciativa será implementada através da disponibilização de propriedades de domínio municipal em áreas centrais e de reabilitação urbana [54], visando também conter a dispersão e a expansão urbana para as periferias, assim como a participação social.

Finalmente, destacamos o concurso "Programa de Renda Acessível", promovido regularmente pela Câmara Municipal de Lisboa através de sorteio informático - e com suporte legal no Regulamento Municipal do Direito à Habitação (através do Aviso n.º 18018/2023, publicado no Diário da República n.º 182/2023, 2.ª série, de 19 de setembro) -, como instrumento de resposta a pessoas ou agregados habitacionais que residam no Município e que buscam alojamento por não deterem capacidade económico-financeira para responder ao mercado privado de arrendamento [55].

Todavia, a solução global passará, por um lado, buscar modos de ver e de repensar criticamente a questão da habitação e, por outro lado, (re)construir e, sobretudo, reabilitar o parque edificado pré-existente, ressignificando-o, valorizando as memórias urbanas e as tradições locais, num espírito de adaptação e de mudança. O "espírito do lugar" [56] deverá ser tido em consideração, bem como a definição de balizas no que concerne aos valores imobiliários, em função da localização dos imóveis e da rede de equipamentos urbanos na envolvente. O esforço deverá ser desenvolvido em conjunto na Administração Pública (sobretudo à escala Central e Local/Autarquias), através: a) da indicação de tectos máximos de valores por metro quadrado; b) da promoção de cooperativas de habitação para construção de novos edifícios habitacionais, de promoção pública (estatal ou municipal), bem como a cedência de parcelas de terreno para o efeito, via expropriação ou não (e.g., pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - IHRU); c) da readaptação de edifícios públicos; d) da habitação em regime de renda controlada e/ou financeiramente apoiada; e) a atribuição de benefícios fiscais para as empresas construírem a custos controlados; f) a refuncionalização de edifícios, particularmente os devolutos (e.g., hotéis; antigos complexos fabris; escolas; estações ferroviárias; etc.); g)

do estabelecimento de protocolos entre particulares e o IHRU (e.g., para alojamento de populações mais carenciadas economicamente, sendo a renda suportada a 90% pelo Instituto e 10% pelo inquilino); h) da recuperação de imóveis da Segurança Social que apresentam um avançado estado de degradação (e.g., devido a infiltrações); i) de financiamento externo; entre outras medidas.

Para tal, o fenómeno especulativo deverá ser combatido por via de uma regulamentação precisa e centrada na classe média. As narrativas da habitação requerem por isso modos de ver e de repensar criticamente o conceito "continuidade" [45], com vista à manutenção e recuperação de tradições na contemporaneidade que instiguem ao debate. No contexto académico e interdisciplinar, os encontros científicos contemporâneos representam oportunidades de reflexão sobre esta complexa temática. A título de exemplo, no panorama internacional (europeu), o Colóquio "Habiter le XXIe siècle. Quels lieux pour le vivant?" [57], organizada pela Fondation Maison des Sciences de l'Homme, a realizar em 9-10 de outubro de 2024 em Paris, França, pretende debater as mudanças nos modos de habitar do século passado em comparação com o atual, tendo em consideração aspectos como o fenómeno da industrialização, as exigências materiais e funcionais, as questões sociais e éticas, sem descurar a identidade da "casa" e os impactos ambientais e geológicos da atividade humana sobre o planeta. Outro dos exemplos será o evento "Housing 2024. Uniting the sector. Making lives better." [58], organizada pelo Ocean Media Group Limited, a realizar em 25-27 de junho de 2024 em Manchester, Inglaterra, com o objetivo de debater a questão da habitação em ano de eleições e num contexto de incerteza(s), estabelecendo-a como prioridade, benefício para as comunidades locais, regeneração urbana e (re)desenvolvimento socioeconómico nacional.

Por outro lado, a desarticulação das políticas de ordenamento do território, o baixo investimento em habitação pública em Portugal ao longo das últimas décadas e a escassa oferta de alojamento acarretaram consequências como a busca pelo crédito para aquisição de habitação própria (e secundária) em contraponto com a dificuldade de acesso ao mesmo pela subida das taxas de juro, bem como o arrendamento (muitas vezes a custos elevados, especialmente em áreas urbanas centrais), a valores superiores aos dos rendimentos das populações, gerando assim assimetrias sociais. Recentemente, foi lançado o Programa "Mais Habitação" [59] pelo Estado Português, para promover o acesso à habitação a custos acessíveis – quer por via da construção nova, quer através de apoios ao arrendamento –, com base em financiamento externo originário da Comissão Europeia, através da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR, em vigor até 2026), com uma gestão simultaneamente centralizada e partilhada, a diversas escalas [59].

Urge (re)criar uma verdadeira "Política de Habitação" para a resolução dos problemas (mais ou menos) conhecidos, aliando iniciativas públicas e privadas. Apesar do PRR e das recentes alterações legislativas (tais como o "Simplex urbanístico", através do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, em vigor) preverem a agilização dos procedimentos urbanísticos e também alternativas para a adaptação de espaços e de usos para habitação, importa analisar cada contexto e recuperar a ideia de projecto urbano e de equilíbrio funcional, de modo a evitar fenómenos como a "nobilitação urbana" (*gentrification*) e desigualdades sociais.

3. Notas conclusivas

A temática da habitação na contemporaneidade e a crise instalada colocam inúmeros e complexos desafios societais e económico-financeiros que não são, todavia, inéditos nem dissociáveis de contextos políticos, sociais, económicos e financeiros em cada nação e da incerteza global.

Entendendo tal como o arquitecto Aldo Van Eyck "que passado, presente e futuro devem actuar no espírito e formar um *continuum*" [60], consideramos que tal como a arquitectura, também as políticas e os discursos em torno do problema da habitação podem ser

utilizados como “eficaz bisturi para começar a desvendar a situação mental de uma determinada época” [62]. Desta forma, consideramos o mesmo para os discursos em torno da habitação [62]. Tal como explanado no presente Artigo, as “tarefas infinitas” inerentes à Habitação sugerem “pensamentos ruminantes de voltar a pensar sobre o passado” [63], pese embora adaptados ao contexto atual. Na verdade, “só quando voltamos o pensamento para o que já foi pensado, estamos ao serviço do que ainda está por ser pensado” [64]. Foi também salientada a relevância da continuidade nos processos da Habitação, onde “(…) passado, presente e futuro devem actuar no espírito e formar um *continuum*” [61] e a pertinência da sua *localização*.

O direito à habitação digna faz parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (2015), da Agenda 2030. Na contemporaneidade, a questão das tipologias (habitacionais e sociais), deverá ser perpetuada e ajustada em função de cada momento, desde que devidamente integradas em planos e projetos urbanos, com vista a acompanhar as céleres transformações urbanas e territoriais e evitar a especulação dos solos e a *gentrification*. Destaca-se a ideia de “bairro” como “unidade de vizinhança” [48] e também como “sub-unidade socio-cultural” [48], visando a coesão territorial, a consolidação e articulação de malhas urbanas com outras áreas (e.g., engenharia de transportes).

Apesar de, no contexto português, a cultura habitacional ser maioritariamente marcada pela posse de propriedades e de habitação própria (com um rácio de cerca de 70% a nível nacional, sobretudo por uma camada populacional mais antiga), os elevados valores imobiliários verificados sobretudo nos grandes centros e as diversas medidas e programas elencados no presente Artigo têm contribuído para estimular o mercado de arrendamento e inverter essa tendência. Porém, cremos que a resolução do problema na contemporaneidade passará pela reabilitação do edificado e pela refuncionalização dos imóveis devolutos, assim como pelo investimento (em construção nova e reconstrução/reabilitação) através do estabelecimento de cooperativas [65], levando a cabo iniciativas transversais e modelos transdisciplinares (e.g., *New European Bauhaus*) e (des)construindo discursos de modo reflexivo, construtivo e atemporal.

Finalmente, consideramos que as políticas (sociais, urbanas e da habitação) deverão assumir necessariamente um caráter estratégico e de conjunto, ou seja, integrado, aliando as diversas escalas de actuação da administração pública com entidades privadas e as populações.

Referência Final

As autoras declaram que o artigo foi realizado especificamente para o 5º CIHEL e autorizam a sua publicação nas respectivas atas do congresso.

Referências

[1] Nietzsche, Friedrich. “II Consideração Intempestiva: sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a Vida”, *Escritos sobre História***,** Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola, 2005.

[2] Lahuerta, Juan José de. *Arte en la época del inferno*, Madrid: Ediciones Asimétricas, 2021.

[3] Kubler, Georges. *A forma do tempo. Observações sobre a história dos objectos*. Lisboa: Veja, 1962.

[4] Bourriaud, Nicolas. *Pós-produção. Como a Arte Reprograma o Mundo Contemporâneo*, São Paulo: Martins Fontes, 2009.

[5] Fernández-Galiano, Luis. *Registro de três décadas. La arquitectura, entre la caída del muro y la guerra de Ucrania*, Madrid: Arquitectura Viva, 2024, p. 5.
[6] Garcés, Marina. *El tiempo de la promesa*, Barcelona: Anagrama, 2023.
[7] Alves, José Eustáquio Diniz. Colapso Sistêmico Global, *EcoDebate*, 12-02-2020, https://www.ecodebate.com.br/2020/02/12/colapso-sistemico-global-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/
[8] Ordine, Nuccio. *Gli uomini non sono isole,* Milán: La nave di Teseo, 2018
[9] Jelin, Elizabeth; Vinyes, Ricard. *Como será o pasado? Una conversación sobre el giro memorial,* Barcelona: Ned Ediciones, 2021, p. 19.
[10] Montaner, Josep Maria. *Renombrar la arquitectura en su evolución técnica, formal y ética*. Barcelona, Gustavo Gili, 2023, pp. 10-11.
[11] Husserl, Edmund. *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia* (1935), Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
[12] Linazasoro, José Ignacio. *El trabajo silencioso con el que se construye el lugar, Textos críticos,* Madrid: ediciones asimétricas, 2017, p. 109-112.
[13] https://www.euronews.com/business/2023/10/07/europes-housing-crisis-portugal-turkey-and-luxembourg-struggle-to-find-solutions
[14] https://belgian-presidency.consilium.europa.eu/en/news/liege-declaration-towards-affordable-decent-and-sustainable-housing-for-all/; https://www.socialeurope.eu/housing-crisis-europe-cannot-afford-it
[15] https://pes.cor.europa.eu/article/affordable-housing-needs-europe-europe-needs-affordable-housing
[16] https://www.sulinformacao.pt/2024/04/habitacao-social-e-a-precos-acessiveis-deve-ser-prioridade-da-europa/
[17] "I Colóquio organizado pelo S.N.A. sobre temas habitacionais: Aspectos Sociais a Concepção do «Habitat»", *Arquitectura*, 67, p.59, 1960.
[18] Ferreira, Carlos Antero. "Aspectos Sociais na Concepção do Habitat", *Binário*, 17, p.59, 60, 1960.
[19] Diário de Lisboa, 11, 12 e 13 de Fevereiro, 1960. http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/
[20] Marcelo Caetano, Conversa em Família, 08-01-1969, RTP Arquivos https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-6/
[21] *Colóquio sobre Política da Habitação*, Texto de Base, Lisboa: Ministério das Obras Públicas (Setembro 1969)
[22] *Colóquio sobre Política da Habitação*, Intervenções dos participantes nos Grupos de Discussão, Lisboa: Ministério das Obras Públicas (Setembro 1969)
[23] *Colóquio sobre Política da Habitação*, Relato Final, Lisboa: Ministério das Obras Públicas (Setembro 1969)
[24] Diário de Lisboa, 24-07-1969, p.1, 24. http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/
[25] A socialização do solo urbano sugerida pelo arquitecto Nuno Portas. Em *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1969, p.2.
[26] "Política da Habitação em Colóquio", *Diário de Lisboa*, 30 de Junho de 1969, página central.
[27] Duarte, Carlos. "Noticiário", *Arquitectura*, 108, p.86, 1969.
[28] Pereira, Nuno Teotónio. "Habitação: Finalmente uma Política?", *Arquitectura*, 108, p.43, 95, 1969.
[29] Araújo, Gonçalo Nuno. "Meios de acção necessários e realização de empreendimentos urbanísticos", *Arquitectura*, 108, pp.75-78, 1969.
[30] Decreto-Lei 49033. *Diário do Governo*, I série, número 126, p.583, 1969.
[31] Lobo, Nuno. "Política da Habitação", *Arquitectura***,** 109, pp.99-100, 1969.
[32] "Habitação Social", *Arquitectura*, 110, p.181, 1969.
[33] Pereira, Nuno Teotónio. "Habitações Para o Maior Número", *Arquitectura*, 110, pp.181-183, 1969.

[34] "Política Francesa de Urbanismo e Habitação", *Arquitectura*, 110, pp.184-188, 1969.
[35] "Comentário", *Arquitectura*, 111, p.251, 1969.
[36] Stones, R.C. "Habitação e Renovação Urbana". *Arquitectura*, 111, pp.257-262, 1969.
[37] Silva, M. Manuela. "Enquadramento da Habitação no Desenvolvimento Económico e Social", *Arquitectura,* 112, pp.300-301, 1969.
[38] Ricou, Gastão. "Financiamento e Execução da Habitação", *Arquitectura,* 112, pp.301-303, 1969.
[39] Lobo, Margarida Sousa. "Uma Solução a Encarar: O Habitat Evolutivo", *Arquitectura,* 112, p.304, 1969.
[40] "A Habitação Social nos Países em Vias de Desenvolvimento. Dois Projectos em Bogotá, Colômbia", *Arquitectura,* 114, pp.80-83, 1970.
[41] Plano de Carimagua, Bogotá, Colômbia (1966), de Esguerra Saenz Urdabeta Samper & Ca. e Plano de Timiza, Bogotá, Colômbia (1968-1975), de Roberto Gómez, Emese I. de Murcia, Pedro A. Mejía, Eduardo Londoño, Hernán Vieco, Rogelio Salmona.
[42] Ricou, Gastão. "O Financiamento da Habitação em Portugal", *Arquitectura*, 114, pp.84-86, 1970.
[43] "Colóquio Sobre Política da Habitação. Texto Base", *Binário*, 130-131, pp.51-58, 1969.
[44] "Colóquio Sobre Política da Habitação. Texto Base (II Parte)", *Binário*, 132, pp.78-83, 1969.
[45] "Informação Sobre a Situação Actual dos Empreendimentos e Necessidades da Habitação Social", *Binário*, 133, pp.139-149, 1969.
[46] Ribeiro, Sérgio. "A Política da Habitação – A propósito de um colóquio recente", *Seara Nova*, 1486, pp.265-266, 1969
[47] Almeida, Pedro Vieira de. "Conceitos provisórios acerca da habitação", *Seara Nova*, 1486, pp.266-268, 1969.
[48] Almeida, Pedro Vieira de. "Critério de planeamento de equipamentos sociais", *Informação Social – Boletim do Ministério da Saúde e Assistência***,** 13, pp.7-38, 1969.
[49] Rogers, Ernesto Nathan. "Continuità", *Casabella Continuità: Revista intenazionale di architectura e urbanística*, 199, pp.2-3, Dicembre 1953- Gennaio 1954.
[50] Molinari, Luca. *Continuità: a response to identity crisis. Ernesto Nathan Rogers and Italian architectural culture after 1945*. Tese de Doutoramento, Delft University of Technology, 2008, p.15.
[51] Giannetti, Anna, Molinari, Luca. *Continuità e Crisi. Ermesto Nathan Rogers e La Cultura Architettonica Italiana del Secondo Dopoguerra*, Firenze: Alinea, 2010.
[52] https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/nova-geracao-de-politicas-de-habitacao
[53] https://single-market-economy.ec.europa.eu/sectors/proximity-and-social-economy/social-economy-eu/affordable-housing-initiative_en
[54] https://www.portaldahabitacao.pt/consulte-as-aru#/arusInfo
[55] https://informacoeseservicos.lisboa.pt/servicos/detalhe/programa-renda-acessivel-pra
[56] Norberg-Schulz, Christian. *Genius loci: paysage ambiance architecture*, Bruxelas: Pierre Mardaga éditeur, 1981.

[57] Habiter le XXIe siècle. Quels lieux pour le vivant? https://www.fmsh.fr/appels/colloque-habiter-le-xxie-siecle-quels-lieux-pour-le-vivant
[58] Housing 2024. Uniting the sector. Making lives better https://housingevent.com/
[59] https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=programa-mais-habitacao-perguntas-e-respostas
[60] Plano de Recuperação e Resiliência https://recuperarportugal.gov.pt/
[61] Van Eyck, Aldo. “El interior del tempo”, in Hereu, Pere; Montaner, Josep Maria; Oliveras, Jordi, *Textos de Arquitectura de la Modernidad*, Madrid: Nerea, 1994, p. 349.
[62] Moneo, Rafael. *La conquista de lo irracional*, *Arquitectura*, 87, Madrid, 1966, pp. 1-6.
[63] Nietzsche, Friedrich. *A genealogia da moral*, São Paulo: Escala, 2007.
[64] Heidegger, Martin. *Identidad y diferencia*. Barcelona: Antropos, 1988, pp.55-97.
[65] https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/cooperat-de-habitacao